



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8574 - Trabalho Completo - XV Reunião Regional da ANPED Centro-Oeste (ANPED-CO) (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 02 - História da Educação

Das redações para as universidades: Histórias e Memórias de Mulheres Jornalistas

Gislene Rodrigues Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Raquel Discini de Campos - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

DAS REDAÇÕES PARA AS UNIVERSIDADES: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE MULHERES JORNALISTAS

RESUMO

O aumento de jornalistas mulheres no mercado, na segunda metade do século XX, aconteceu em consequência da possibilidade de se formarem no Ensino Superior. Diante desse fenômeno histórico, buscou-se compreender através da pesquisa de que forma a institucionalização do curso de Jornalismo no Brasil contribuiu para a formação das mulheres para atuarem no mercado como jornalistas e também como professoras. Para compreender tal processo, entrevistamos: Alice Mitika, Dulcilia Buitoni e Marialva. Buscamos conhecer suas histórias de vida e, ao mesmo tempo, entrelaçá-las à história desse campo de conhecimento no país.

Palavras-chave: Mulheres e Professoras jornalistas. Jornalismo e Educação.

Introdução

Ao pensarmos sobre história do Jornalismo no Brasil e a institucionalização do Curso Superior da área é possível encontrar pesquisas que agregam muito para o campo da pesquisa em comunicação e educação. Mas, e a história das mulheres jornalistas? E daquelas que optaram por construir a carreira na docência? Ainda pouco se fala.

Este artigo apresenta parte dos resultados da pesquisa intitulada *Memórias de Mulheres Jornalistas: histórias, mercado e docência* na qual refletimos sobre a seguinte problemática: como era ser mulher, jornalista e professora de jornalismo na segunda metade do século XX no Brasil?

Este percurso foi trilhado sob a luz dos estudos de José Marques de Melo, Marialva Barbosa, Dulcilia Buitoni, Tânia Regina de Luca, Isabel Lustosa, Alice Mitika e demais pesquisadores que se debruçam sobre a história social da imprensa e do jornalismo no Brasil. Quanto à utilização da memória como fonte documental, nos aproximamos dos estudos de Verena Alberti, Paul Thompson, Pierre Nora e outros autores que problematizam a utilização de depoimentos na reconstrução dos tempos idos. No que concerne especialmente à questão da memória das depoentes (assunto relacionado a temática da história oral, mas não apenas ela) utilizamos a obra de Jacques Le Goff, Paul Ricouer e Antoine Prost.

Breve Histórico: Curso de Jornalismo no Brasil e a presença feminina

Em 1935 surge o projeto de implementação do primeiro curso de jornalismo do Brasil na Universidade do Distrito Federal, dirigido por Costa Rego. Entretanto, foi fechado em 1939 pela ditadura do Estado Novo. A primeira faculdade de jornalismo nasceu então em 1943, mas por causa de entraves legislativos, surge oficialmente no dia 16 de maio de 1947, data que coincide com a comemoração do 41º aniversário do jornal “*A Gazeta*” (FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO, 2017).

Em busca de espaço e oportunidade para trabalhar como jornalistas a opção que os jovens da classe média tinham era de "comprovar" que estavam aptos a ingressar nesse universo de trabalho, sendo o diploma uma estratégia para alcançar tal objetivo. A respeito disso, o autor comenta que tais jovens

afluem com sofreguidão às escolas de jornalismo que se criam na década de 1940, pretendendo enfrentar as barreiras sociais com o símbolo da 'competência' (o diploma)... E aí estão presentes as mulheres, que abrem espaço pouco a pouco: na primeira turma formada pela paulistana Escola Cásper Líbero, em 1949, eram somente duas as mulheres jornalistas, num grupo de dezessete (10%); na quarta turma, em 1952, elas já eram nove, num grupo de 26 (30%); em 1950, elas eram onze, num grupo de 22 (50%). Fazendo um retrospecto dessas primeiras mulheres-jornalistas-com-diploma, verifica-se que a maioria delas conquistou seu próprio espaço, ganhando ascensão profissional social no âmbito da imprensa. (MELO, 2006, p. 157-158, grifo do autor).

Pode-se entender o surgimento do primeiro curso de Jornalismo do Brasil como o princípio de um novo cenário acadêmico e profissional. Um ponto de partida para a expansão do saber jornalístico e consolidação da docência no País. Além disso, com diploma em mãos mulheres e homens de classe média teriam maiores chances de conseguir ingressar no mercado de trabalho e deixar as redações jornalísticas mais “plurais”.

As pesquisadoras Fúlvia Rosemberg, Regina Pinto e Esmeralda Negrão (1982) produziram a obra *A Educação da Mulher no Brasil*. Elas acreditam que

ao invés de pensar que a expansão das oportunidades do mercado de trabalho para a mulher se dá principalmente através da qualificação desta mão-de-obra, deve-se procurá-la na própria estrutura do mercado, mais, ou menos necessitada de trabalhadores (ROSEMBERG; PINTO; NEGRÃO, 1982, p. 14).

Tal afirmação nos leva a refletir que possivelmente não foi apenas o diploma – apesar de ter sido de grande importância – que conferiu às mulheres a oportunidade de ingressarem no mercado de trabalho, especialmente na imprensa, mas também a demanda por mais mão de obra. Movimento parecido com o que ocorrera na educação infantil em que a mulher conquistou espaço com a evasão dos homens no magistério.

Em meados do século XIX percebe-se uma “feminização do magistério” em que a presença de professoras se tornava cada vez maior em um cenário que era conhecido por ser tipicamente masculino. Louro (1997) e Souza (1998) elucidam que houve alguns motivos que levaram ao movimento dos homens “abandonarem”, pouco a pouco, as salas de aula: o processo de urbanização e a industrialização que aumentava as oportunidades de trabalho mais bem remuneradas para o gênero masculino.

Para Louro “a identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos tão *natural*, era alvo de discussões, disputas e polêmicas.” (LOURO, 1997, p. 450, grifo da autora). Algumas pessoas consideravam que a docência não poderia ser realizada por mulheres por não serem preparadas e por terem cérebros “pouco desenvolvidos” devido ao “desuso”. Para outros, as professoras estariam aptas a trabalhar na educação infantil por acreditarem que o magistério representava “extensão da maternidade” em que os estudantes eram vistos como filhos “espirituais” (LOURO, 1997).

Essa ideia de a docência ser vista como um “sacerdócio” mais do que uma “profissão” colabora para justificar a saída dos homens das salas de aula que passam a estar mais interessados em outras ocupações, de preferência, mais rentáveis. Tal discurso também ajuda a legitimar o ingresso delas nas escolas, uma vez que ficavam restritas ao universo da igreja e do lar (CAMPOS, 2009; LOURO, 1997; SOUZA, 1998). Portanto, a partir desse momento associa-se características consideradas como “femininas” para o exercício do magistério. Algumas delas são: “paciência, minuciosidade, afetividade, doação.” (LOURO, 1997, p. 450). Percebe-se, portanto, que mesmo em diferentes áreas de atuação (educação e jornalismo), acontecem movimentos parecidos, principalmente o de “feminização”. As redações, a princípio predominantemente masculinas, passam a ter espaço para as mulheres, uma vez que alguns jornalistas buscam galgar outros postos de trabalho.

Texto e contexto: histórias e memórias

Três jornalistas/professoras foram convidadas para auxiliar-nos no desenvolvimento da pesquisa, são elas: Alice Mitika Koshiyama, Dulcilia Helena Schroeder Buitoni e Marialva Carlos Barbosa. São mulheres de gerações próximas, cada uma com peculiaridades em suas trajetórias de vida. E, ao mesmo tempo, apresentam características e vivências em comum por estarem inseridas no mesmo contexto: nasceram no século XX, passaram por escolas com

ritos, currículos e costumes parecidos, se formaram em Jornalismo quando o curso ainda era recente no Brasil e optaram pela carreira da docência no Ensino Superior.

As memórias apresentadas nos levaram a refletir sobre a História da Educação no Brasil naquele período. Sobre a participação feminina no ambiente escolar, Marialva relata que no ensino primário a predominância era de professoras mulheres, tanto na “escola pública, mas, sobretudo, particulares também [...] mesma coisa na escola normal. Na escola normal a predominância era de alunas mulheres e professoras mulheres”. Isso nos leva a inferir sobre a profissão do magistério ser praticada mais pelo sexo feminino do que pelo masculino naquele período (LOURO, 1997; SOUZA, 1998).

A partir dos relatos percebemos também o estigma da profissão de professor, vista como um ofício feminino. Alice conta que o pai quando mais jovem queria se tornar professor de curso primário, mas o tio queria obrigá-la a cursar faculdade de comércio para administrar os negócios da família. Ao descobrir o interesse do sobrinho pelo magistério indagou, “mas isso não é profissão de homem, que isso?”. No caso de Marialva, os pais não tiveram a oportunidade de avançar nos estudos e a realidade que os cercava era a do trabalho. Apoiavam a filha, mas nem chegaram a cogitar a possibilidade dela se tornar professora no ensino superior. Para eles, a perspectiva máxima que a filha poderia alcançar seria de professora primária. A profissão é nobre, o que se destaca nesse episódio, é o fato de limitarem Marialva a tal exercício profissional.

Considerações

Quando o que está em evidência são as histórias de vida e memórias não há um trajeto específico ou uma trilha bem demarcada para analisá-las, isso porque o indivíduo é o resultado da cultura, um misto de: contexto, oportunidades e ausências das mesmas, estudo, criação familiar, visões de mundo, anseios, e outros diversos aspectos que perpassam a formação do sujeito.

Por meio dos relatos das entrevistadas pudemos inferir que a partir da década de 1970 as mulheres jornalistas conquistaram aos poucos mais espaço nas redações jornalísticas. Diante disso, surge a possibilidade de elas galgarem também vagas na docência, uma vez que nesse período as profissionais que se destacassem no mercado de trabalho poderiam ser convidadas a se tornarem professoras nos cursos da área. Isso era possível, pois como a graduação de Jornalismo havia surgido há pouco tempo no País, não era requisito obrigatório que as docentes apresentassem titulação de mestrado ou doutorado. Outra possibilidade de as jornalistas ingressarem no magistério era se inscrevendo em processos seletivos para concorrer às vagas, esse segundo caso foi o que possibilitou a entrada de Alice, Dulcília e Marialva na carreira docente.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO. **Faculdade Cásper Líbero**. Disponível em: <<http://fcl.com.br/faculdade/>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. v. 2, p. 443-481.

MELO, José Marques de. **Teoria do jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 333-359.

ROSEMBERG, Fulvia; PINTO, Regina Pahim; NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **A educação da mulher no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1982.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.